

# O sindicalismo na política brasileira

Armando Boito Jr.,  
Campinas, IFCH/Unicamp, 2005, 309 p.  
(Coleção Trajetória, 8).

EDILSON JOSÉ GRACIOLLI\*

A Coleção Trajetória, publicação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Estadual de Campinas, apresenta-nos essa coletânea de textos de Armando Boito Jr., de grande interesse aos estudiosos do tema, bem como a um público que, mesmo sem o ofício da pesquisa que a vida acadêmica implica, se coloca a pensar a relação entre sindicalismo e política na sociedade brasileira.

Deparamo-nos com uma produção que abrange o período de 1987 a 2003 e que, indubitavelmente, revela uma coerência teórico-metodológica da formação intelectual do autor.

A coletânea está organizada em três partes. Na primeira, Sindicalismo, estrutura sindical e populismo, o artigo que abre o trabalho ("O Populismo no Brasil: natureza, formas de manifestação e raízes sociais") mapeia e toma

posição diante do debate sobre a pertinência da categoria (ou conceito) *populismo* para o caso brasileiro, em que, para Boito Jr., se constata ser esta a ideologia dominante entre as classes populares, com efeitos vigentes ainda hoje. Trata-se, aqui, de apresentar um aspecto central para a compreensão do sindicalismo na política nacional.

*O sindicalismo de Estado no Brasil*, retoma, em linhas gerais, as idéias centrais da tese de doutorado do autor, segundo as quais a outorga da representação, as contribuições compulsórias, a unicidade sindical e a intervenção da Justiça do Trabalho cumprem a função de moderar as lutas dos trabalhadores, atando-as, tanto quanto possível, a uma manifestação específica do fetichismo de Estado. Embora se reconheça um declínio do sindicalismo de Estado, sustenta-se que isto não logra a condição de crise da es-

\* Professor de Sociologia e Ciência Política da Universidade Federal de Uberlândia.

trutura sindical, precisamente porque inexistia uma vontade política de ruptura com o sindicato de Estado, na direção de efetivas autonomia e liberdade sindicais. Esta última idéia nos parece de singular relevância para se entender, por exemplo, o motivo pelo qual sindicatos que sequer recorrem ao imposto sindical, ou a outras modalidades de contribuições compulsórias, revelam, por outro lado, adesão aos demais elementos da estrutura sindical, notadamente à unicidade. Este não é um debate superado, mas integral, de forma decisiva, o núcleo dos impasses por que passam as organizações dos trabalhadores, não porque estruturas abafariam possibilidades de ações ou de emergência de críticas, mas porque elas expressam uma subalternidade, uma insuficiência na elaboração de um projeto que diferencie os trabalhadores daquilo que, no limite, contribui enormemente para que suas reivindicações se inscrevam no universo do assalariamento.

“Reforma e persistência da estrutura sindical na crise da ditadura militar e no processo de democratização (1978-1990)”, após o anunciado balanço histórico, afirma que a estrutura sindical, não obstante alterações no padrão de sua gestão, se manteve de pé, obstaculizando até mesmo um sindicalismo reformista conseqüente e intensificando as dificuldades para a organização nos locais de trabalho, determinando, assim, uma derrota às correntes que buscam articular luta sindical e projeto socialista.

Fechando a primeira parte, “Direito do trabalho e estrutura sindical na

CLT: uma nota sobre o projeto de reforma trabalhista e sindical do Governo FHC”, pontua como, no governo passado, deliberadamente foram “pasteurizadas” as normas do direito do trabalho e a estrutura sindical, partes constitutivas da CLT, mas que, no entanto, não podem ser consideradas um bloco monolítico. Para Boito Jr., o governo neoliberal de FHC manteve intocável a estrutura sindical, empreendendo uma ofensiva sobre os direitos do trabalho.

A segunda parte da coletânea, *Sindicalismo, Neocorporativismo e neoliberalismo*, mergulha na análise da luta ideológica atual que envolve sindicatos e neoliberalismo.

*Hegemonia neoliberal e sindicalismo no Brasil* demonstra, de início, como o peleguismo aderiu ao neoliberalismo e como a CUT sofreu, em diversos momentos, o impacto dessa ideologia (teórica e prática), até chegar ao que se convencionou chamar de *sindicalismo propositivo*. Como momento mais elaborado deste, são analisadas as câmaras setoriais e o endosso que a CUT deu à reforma da previdência do governo FHC, momento em que a direita da central impôs uma dura derrota às correntes de esquerda. Nesse capítulo, há uma reflexão sobre as bases sociais que permitiram ao neoliberalismo certa difusão no meio operário e popular, qual seja, a de uma revolta popular difusa contra o padrão hierarquizado e desigual na distribuição dos direitos sociais, de que se apropriou o neoliberalismo, articulando-o ao seu anties-

tatismo relativamente à presença do Estado nas chamadas áreas sociais. Estamos convencidos de que a negligência, inclusive por parte de correntes de esquerda, sobre tal apropriação dificulta uma correta política para o enfrentamento contra o neoliberalismo e, conseqüentemente, para a obtenção do apoio dessa base social, circunstancial, mas eficazmente, deslocada para algumas e decisivas políticas neoliberais.

Em "Neoliberalismo e corporativismo de Estado no Brasil", algumas idéias já tratadas são retomadas, avançando-se para outras, como a análise que compara as trajetórias da CUT e da Força Sindical quanto ao neoliberalismo, dentro da cena sindical, bem como sobre os movimentos mais gerais da economia, da política de Estado e das disputas no bloco no poder. Frações de classe e classes sociais ganham maior visibilidade neste capítulo. Há uma ressalva a ser feita, a nosso ver, sobre a tese de que "...a central [CUT] combateu, de modo ativo, principalmente na gestão de Jair Meneguelli, a política de privatização", página 196. Ao menos no caso da privatização da Companhia Siderúrgica Nacional, o que se viu foi uma CUT dividida, ficando a Articulação Sindical na posição de, inclusive, formar um clube alternativo de investimentos, visando participar do leilão de privatização, postura pautada pela avaliação de que, mediante a inevitabilidade da privatização, o melhor era obter o que fosse possível aos trabalhadores. Este posicionamen-

to político não só minou o da resistência à venda daquela estatal, como, em larga medida, legitimou a privatização da CSN.

*A hegemonia neoliberal no Governo Lula – neocorporativismo e neopopulismo* encerra a segunda parte e ousa, no plano da análise, em várias dimensões. A primeira ousadia indica que, para além dos acordos que a cúpula petista realizou para ser aceita pela burguesia e das traições que o governo Lula realizou em relação às promessas de campanha, deve-se buscar nas mudanças havidas na classe média e até no campo operário e popular uma parcela significativa para o pano de fundo da política neoliberal empreendida e em curso. A nova hegemonia burguesa no Brasil tem logrado uma adesão ao "credo do livre mercado", de que é emblemática a guinada do PT, que, por sua vez, expressa aquelas mudanças. Apesar desse rico *insight* do autor, parece-nos haver uma lacuna. Referimo-nos à suposta deficiência do conceito gramsciano de hegemonia para apreender o presente caso, uma vez que, para Gramsci, hegemonia sempre supõe, em alguma medida, atendimento a determinados interesses materiais das classes hegemônicas. Para Boito Jr., a hegemonia neoliberal é *regressiva*, sem, portanto, esse componente. Ocorre, entretanto, que, se no governo FHC isto era mais visível, no de Lula houve uma alteração. E, diga-se de passagem, o preço pago pelo governo anterior quanto à regressividade foi a derrota eleitoral em 2002. É razoável supor que muitos vo-

tos dados a Lula foram a resposta crítica à deterioração das condições de vida. Lula desenvolve um governo que, otimizando a focalização das políticas, atende, de certa forma, a interesses materiais, ainda que pontuais e relacionados aos segmentos sociais mais empobrecidos. Assim, é de se pensar sobre a plena vigência da crítica do autor ao conceito gramsciano de hegemonia também para a conjuntura atual no Brasil. Destaque-se, ainda, outra fecunda ousadia, a da análise sobre o novo corporativismo operário, que deu origem, entre outros aspectos, a uma situação parecida com a que Nicos Poulantzas denomina de *classe detentora* do aparelho de Estado. Uma terceira análise que dá densidade a esse capítulo diz respeito ao que se discute acerca de como se constituiu a *classe apoio* (Poulantzas, novamente) do bloco no poder neoliberal.

Por fim, a terceira parte do livro, O Sindicalismo ontem e hoje, começa com um texto de revisão, A presença do sindicalismo na história política do Brasil, destacando a intervenção dos trabalhadores nessa história, a partir da constatação de que o sindicalismo, em nosso meio, nasceu fazendo política. Há, certamente, uma tese polêmica, a de que o anarco-sindicalismo despolitizou o movimento sindical. O panorama inclui o quadro ensejado a partir de 1930, a relação com a política populista, a ditadura militar, o surgimento de uma nova esquerda e o caráter defensivo verificado nos anos 1990. Mas o ponto alto desta parte final se encontra em "O futuro do

sindicalismo", no qual, logo no começo, se faz uma crítica ao uso da expressão ("metáfora" ou "conceito?") *mundo do trabalho*. Para Boito Jr., haveria nela um "vício dualista", na linha do que acontece com a obra de Habermas, que opera com a dualidade "mundo sistêmico" x "mundo da vida". De fato, há tal dualidade em Habermas, mas não, necessariamente, entre os que trabalham com *mundo do trabalho*. O espaço de uma resenha não é, nem de longe, adequado para o estabelecimento de um contraponto, mas cabe indicar que, segundo Lukács, *o trabalho forma*, em primeiro lugar por ser ele o primeiro dos complexos determinantes do ser social. Na vigência das sociedades classistas, inclusive na do estranhamento próprio do regime de trabalho assalariado, o trabalho forma com vistas à reprodução da respectiva ordem. Na eventualidade de uma sociedade emancipada (comunista), o trabalho emancipado formará como condição necessária, ainda que insuficiente, a uma emancipação da totalidade social. É neste sentido, como momento de uma dada totalidade, que se pode e se deve falar em *mundo do trabalho*. Isto não é, a meu ver, reduzir a política à economia, nem restringir a análise ao que, por vezes, se critica como uma mera morfologia das transformações havidas nos processos produtivos e formas de organização e mobilização dos trabalhadores.

Aqueles que estudam sindicalismo e política estão, portanto, diante de mais um trabalho instigante e relevante deste autor.

GRACIOLLI, Edilson. O sindicalismo na política brasileira. Resenha de: BOITO JÚNIOR, Armando. Campinas: IFCH/Unicamp, 2005, 309 p. *Crítica Marxista*, São Paulo, Ed. Revan, v.1, n.23, 2006, p.177-180.

***Palavras-chave:*** Sindicalismo; Política brasileira; Neoliberalismo.